

ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE: ESTUDO EM UMA EMPRESA DO SETOR DA SAÚDE DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

ALESSANDRA PEREIRA

Universidade Federal de Santa Catarina
alessandra_pereira13@hotmail.com

MARISA NILSON

Universidade Federal de Santa Catarina
isanilson80@gmail.com

ELISETE DAHMER PFITSCHER

Universidade Federal de Santa Catarina
elisete@cse.ufsc.br

ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE: ESTUDO EM UMA EMPRESA DO SETOR DA SAÚDE DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a sustentabilidade ganha espaço no Brasil e no mundo, seja através de conferências internacionais ou de grandes ativistas da área ambiental, o objetivo da temática é a busca da preservação dos recursos naturais para as próximas gerações. Segundo Kraemer (2006, p.2): “Os avanços ocorridos na área ambiental quanto aos instrumentos técnicos, políticos e legais, principais atributos para a construção da estrutura de uma política de meio ambiente, são inegáveis e inquestionáveis”.

Com o advento de novas políticas para o desenvolvimento sustentável, as empresas estão sendo obrigadas a adotar uma nova postura em relação ao meio ambiente, tanto como forma de se destacar perante a sociedade como pelos benefícios trazidos pelas certificações de responsabilidade social e ambiental. Assim, nesse estudo, a problemática fica resumida e seguinte questão: Em que nível se encontra a sustentabilidade de uma empresa que atua no ramo da saúde privada e abrange toda a região da Grande Florianópolis?

Nesse sentido, o objetivo geral do estudo é fazer a análise do nível de sustentabilidade de uma empresa prestadora de serviços no setor de saúde que atua na região da Grande Florianópolis. Para alcançar o objetivo proposto será realizada a averiguação do comprometimento da empresa através de ações sociais e ambientalmente responsáveis; a verificação da utilização de práticas relacionadas a Contabilidade Ambiental em conjunto com um Sistema de Gestão Ambiental; e a disposição final, através do tratamento e destinação, dos resíduos hospitalares provenientes do atendimento aos clientes.

Assim, a presente pesquisa procura salientar como a evidenciação dos processos relacionados à sustentabilidade social e ambiental, pode emprestar fidelidade ao todo do *disclosure* informático da empresa, e contribuir assim para que os diversos usuários tenham maiores parâmetros de certeza para suas decisões. Mensurar o nível de sustentabilidade da empresa colabora, ainda para percepção dos processos que precisam ser melhorados.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Contabilidade Ambiental

O entendimento geral da população é de que a contabilidade se define como uma ciência exata, por avaliar e mensurar patrimônios sob aspectos financeiros. No entanto, ela é classificada como uma ciência social aplicada, por depender dos critérios adotados por cada contador, sempre submetidos aos princípios contábeis, e também por fornecer as informações necessárias para os investidores e demais usuários. De acordo com Ribeiro (2010, p.21), “a contabilidade é um instrumento utilizado para a gestão da entidade, registrando as transações e produzindo informações que ajudarão no processo de tomada de decisão dos gestores.”

A contabilidade define-se como um sistema de informações, e por isso, está relacionada ao indivíduo usuário e a própria sociedade, que responsabiliza a empresa pelos impactos gerados por ela. Neste sentido, a busca por processos que busquem evitar problemas ecológicos trouxe a partir de meados do século XX, através de muitos encontros, seminários e conferências mundiais, a promoção da intensificação das ações ambientais, praticadas tanto pela população como pelas organizações. Segundo Araújo (2007, p.2), “a sociedade continua evoluindo, novas tecnologias surgindo e, com isso o

aumento da agressão ao planeta. Por isso, surge a preocupação com novas formas de minimizar os impactos, procurando por um equilíbrio que já não existe no planeta.”.

O excessivo desperdício de recursos naturais, decorrentes do grande aumento demográfico bem como do consumismo, fez com que surgisse a necessidade da implantação de uma contabilidade ambiental, que mensurasse e transmitisse aos usuários informações sobre os aspectos econômicos ligados ao meio ambiente. Atualmente, no Brasil, a contabilidade ambiental ainda não é um assunto com muito destaque nas demonstrações financeiras, contudo, a evolução do tema passa a assumir novas proporções.

De acordo com Tinoco e Kramer (2008), a contabilidade ambiental é uma das várias vertentes da contabilidade e seu escopo é identificar, medir e evidenciar os eventos econômico-financeiros referentes à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, espelhando a relação da empresa com o mesmo. Dentro deste contexto, surgiu a necessidade da criação de sistemas de gestão, que abordem os aspectos e impactos ambientais produzidos pela empresa, e auxiliem na elaboração de planos de melhoria para os pontos deficientes na administração.

2.2 Sistemas de Gestão Ambiental

A preocupação social e ambiental nas organizações surgiu como uma forma de alcançar destaque entre a concorrência seja, pela nova postura dos clientes atuais, ou pela globalização das empresas. Neste cenário, teve início o uso de sistemas de gestão ambiental, efetivados nas empresas através de uma política ambiental planejada e de acordo com a legislação, sendo direcionados para auxiliar no desenvolvimento sustentável.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.114), a gestão ambiental é “o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental.” Logo, a sistematização da gestão ambiental promove o planejamento de práticas que busquem, observadas as normas ambientais, alcançar os objetivos da organização no mercados em que está inserida.

O advento de um sistema de gestão ambiental torna o gerenciamento ambiental um os objetivos da empresa, que busca, através de ações constantes, o melhor para entidade é para os agentes a sua volta. A gestão deve englobar a organização como um todo, ela deve influenciar desde funcionários até diretores. Ainda neste contexto orientar fornecedores, distribuidores e consumidores para que o desenvolvimento sustentável não seja mais reconhecido como algo inatingível. Sendo assim, conforme Valle (2002, p.69 *apud* RIBEIRO, 2010, p.27) um sistema eficiente “deve cobrir desde a fase de concepção do projeto até a eliminação efetiva dos resíduos gerados pelo empreendimento depois de implantado e durante todo o período de seu funcionamento.”

Conforme Pfitscher (2004), a adoção de um sistema de gestão ambiental traz uma melhor estabilidade e sustentabilidade para a empresa, estabelece o comprometimento de todos os envolvidos no processo, como fornecedores, clientes e funcionários. Dentre os vários sistemas de gestão ambiental, a referida pesquisa buscou esclarecer dois: o método GAIA – Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais e o SIGOGEA – Sistema Contábil de Gerencial Ambiental. Porém, nesta pesquisa será utilizado como instrumento de apoio o método SICOGEA, especificamente sua terceira etapa.

2.3 Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais

O método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais – GAIA foi criado por Alexandre Lerípio (2001), e tem por fundamento a especificação dos impactos gerados pela organização e a busca de alternativas que melhor se ajustem para cessar ou minimizar esses impactos. Segundo Lerípio (2001, p.66), o método proporciona às corporações “o atendimento à legislação, a melhoria contínua e a prevenção da poluição a partir de atividades focalizadas no desempenho ambiental e na sustentabilidade”.

O princípio do sistema é analisar não apenas a organização, mas também a sociedade, isto é, o público externo à empresa e, com isso, gerenciar melhor os impactos percebendo como eles nos afetam a curto e longo prazo. Este método possui três fases, a sensibilização, a conscientização e a capacitação ou qualificação. A sensibilização busca o comprometimento de toda a equipe administrativa e funcional da empresa para com a sustentabilidade, seja através de estratégias ou ações, tenta manter melhorias constantes nos aspectos ambientais.

Na etapa de conscientização, como afirma Pfitscher (2004, p.87), torna-se conhecido o ciclo de produção e consumo da organização, sendo assim, é possível realizar a análise sobre os impactos ambientais provenientes. Na terceira etapa, a capacitação ou qualificação, são especificadas as medidas de melhoria através dos resultados obtidos na segunda fase. A partir da lista de prioridades da empresa são apresentadas as alternativas, objetivos e metas a serem alcançadas pela organização, seguindo o caminho do desenvolvimento sustentável.

2.4 Sistema Contábil Gerencial Ambiental

O sistema contábil de gerenciamento ambiental – SICOGEA foi criado por Pfitscher (2004) para gerenciar os impactos ambientais em conjunto com a contabilidade e controladoria ambiental. Neste contexto, a contabilidade se insere na disponibilização de informações referentes ao meio ambiente, e dentro desta ciência existem várias atuações profissionais.

Um dos segmentos profissionais seria o *controller*, ou contador gerencial, que atua na área de controladoria e é essencial na tomada de decisão, pois, de acordo com Goulart, Goulart e Scandolara (2011, p.3), “a controladoria pode atuar em todos os setores da organização visando à busca pela eficácia e valorização da empresa, por meio da elaboração de um modelo de gestão”. O objetivo da controladoria é fornecer dados gerais e específicos que possam ser utilizados para a elaboração de uma gestão ambiental, a fim de agregar sustentabilidade à atividade operacional da empresa.

Segundo Pfitscher (2004) é possível efetuar uma gestão ambiental seguindo três etapas. A primeira, denominada de integração da cadeia produtiva, destaca os impactos gerados por cada fase do ciclo de produção, e engloba ainda o conhecimento das necessidades dos envolvidos no processo. Segundo a autora, nesta etapa há a formação de grupos de trabalho, o exame dos efeitos ambientais e a verificação dos interessados. Quando o número de interessados for menor que o esperado pode vir a ocorrer uma ação de convencimento, só então a empresa poderá seguir para a próxima etapa.

A segunda etapa, conhecida como gestão de controle ecológico, se concentra na implantação de uma gestão ecológica que minimize ou efetivamente elimine os impactos ambientais produzidos pela organização. Nesta etapa torna-se conhecido o sistema de produção e integração com outras atividades e, com isso, é elaborado um banco de dados da empresa, que deve sempre estar completo e atualizado.

Já na etapa de gestão da contabilidade e controladoria ambiental, após o levantamento das informações, o primordial é a investigação e mensuração destas e, para isso, é elaborada a lista de verificação. A partir dos dados retirados desta lista, efetua-se o cálculo dos critérios e subcritérios adaptados a empresa e, assim, é possível verificar o índice de sustentabilidade da empresa bem como identificar as estratégias por ela adotadas. Após essa análise preliminar, ocorre a fase de informação e, conseqüentemente, a de decisão. De acordo com Pfitscher (2004, p.104), esta fase diz respeito ao mapeamento da cadeia produtiva e ao conjunto de aspectos e impactos ambientais gerados e, expõem objetivos, metas, estudos de viabilidade e planejamento para os próximos períodos.

Ao final da fase de decisão, a elaboração do plano resumido de gestão ambiental é fundamental para que a utilização do método seja completa, e que exponha estratégias palpáveis à organização quanto ao meio ambiente. Este plano de gestão ambiental usa uma ferramenta de apoio, o 5W2H, que procura responder sete (7) questões, as quais estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Perguntas realizadas no planejamento 5W2H

Perguntas	Tradução
<i>What?</i>	O quê?
<i>Why?</i>	Por quê?
<i>When?</i>	Quando?
<i>Where?</i>	Onde?
<i>Who?</i>	Quem?
<i>How?</i>	Como?
<i>How much?</i>	Quanto custa?

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004, p.99)

Com o auxílio deste instrumento, aplicado de forma correta, pode-se realizar várias ações ligadas ao meio ambiente e que estejam ao alcance da empresa, sem precisar elaborar extensos e morosos planejamentos, com custos e empenhos de grande escala.

2.5 Responsabilidade Corporativa

A responsabilidade social e ambiental nas corporações surgiu como uma obrigatoriedade advinda dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente. Contudo, o conceito de responsabilidade empresarial, definido por Araya (2003, p.76 *apud* DIAS, 2010, p. 153), “promove um comportamento empresarial que integra elementos sociais e ambientais que não necessariamente estão contidos na legislação, mas que atendem às expectativas da sociedade em relação à empresa”. Nesse sentido, a responsabilidade nos remete a diversos grupos, como fornecedores, funcionários, clientes e a própria comunidade, e vai além das especificidades descritas em normas sobre administração ambiental e o uso de ferramentas de apoio e sistemas de gestão ambiental.

O papel das organizações está mudando, além de mensurar lucros e participações, aprofunda-se também seu envolvimento nas questões ambientais, transforma sua cadeia produtiva e traz maiores perspectivas no âmbito social. No entanto, a essência das empresas não mudou, e sim o meio para obter lucro. De acordo com Kraemer (2001), as empresas que desenvolvem processos de proteção ao meio ambiente causam boa impressão aos consumidores e investidores. Em alguns países existem fundos especializados para investir em empresas que protegem o ambiente.

A cultura social revela-se em fase de mudança quanto à sustentabilidade, no entanto, as práticas e ações são consideradas pequenas, a nova cultura econômica, os altos custos e também a falta de profissionais, ainda são fatores recorrentes em nosso país. Conforme Dias (2010), a cultura ambiental na organização deve ser agregada a todos os indivíduos, e mostra a importância do meio ambiente para a empresa. Porém, no Brasil, a integração da cultura ambiental, geralmente, é localizada em departamentos específicos da empresa, e busca atender apenas às exigências legais ou à pressão da sociedade.

2.6 Tratamento e Destinação de Resíduos dos Serviços De Saúde

O fundamental em uma empresa que presta serviços na área da saúde é o rigoroso atendimento ao cliente e, para que isso ocorra, são utilizados diversos recursos, como energia elétrica, água, produtos hospitalares, entre outros. O setor da saúde produz resíduos sólidos perigosos para a sociedade, principalmente se descartados de forma incorreta, entre eles: materiais perfuro cortantes e contaminados. Sisino e Moreira (2005, p.1893) abordam que “[...] alguns estabelecimentos de saúde acabam gerando problemas ambientais semelhantes aos de outras empresas de áreas diferentes”. Segundo as autoras, a preocupação com a gestão de resíduos tem aumentado ao longo dos anos, porém, apenas um plano de gerenciamento de resíduos não resolveria a problemática, é preciso também diminuir a geração deste tipo de lixo.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT 10.004 (2004, p.1,2), resíduos sólidos são dispostos em estado sólido e semissólido, e podem resultar de atividades industriais, domésticas, hospitalares, comerciais, agrícolas, bem como de serviços e de variações destes. Já os resíduos líquidos também podem ser considerados sólidos quando, pelo seu conteúdo, não puderem ser lançados no esgoto ou em corpos d’água. ABNT 10.004 classifica os resíduos sólidos perigosos como aqueles que, em função de suas propriedades físicas, químicas ou infectocontagiosas, apresentam risco à saúde pública e ao meio ambiente, quando gerenciados de forma inadequada.

Conforme a legislação que aborda sobre os procedimentos técnicos para o gerenciamento dos resíduos de serviços da saúde:

O gerenciamento [...] constitui-se em um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente. (RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA nº 306, 2004, p.3)

Nesse sentido, os resíduos provenientes de serviços de saúde necessitam de um gerenciamento específico e adequado, logo são abordados por legislação própria. Em Santa Catarina, a normatização veio através do Decreto nº 14.250/81 que regulamenta dispositivos referentes à proteção e melhoria de qualidade ambiental. O referido

decreto, quanto ao tratamento e destinação dos resíduos, em seu artigo 22, parágrafo 1º dispõe que os resíduos oriundos de hospitais devem “ser incinerados em instalações que mantenham alta temperatura para evitar mau odor e perigo de contaminação”.

Quanto ao tratamento de resíduos dos serviços de saúde, a preocupação é minimizar ou eliminar totalmente os riscos de contaminação, porém as empresas preocupam-se em aderir a um plano de gerenciamento de resíduos com custos reduzidos ao invés de observar o rigor dos resultados. Atualmente, é possível fiscalizar as empresas, através de órgãos públicos, e verificar se o tratamento está sendo realizado de acordo com as normas ambientais e sanitárias, pois a disposição final sem o devido tratamento pode ocasionar a poluição do solo, das águas e do ar, causando doenças e infecções graves.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa quanto aos objetivos é descritiva. Segundo Gil (2002, p. 45): “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]”. Para os procedimentos técnicos, a metodologia aplicada é documental e estudo de caso, pois é realizada através de visitas a empresa com a realização de entrevistas a funcionários. Já a abordagem do problema é classificada como quantitativa, pois, através das informações obtidas, será elaborado o cálculo de sustentabilidade global e parcial da empresa.

A trajetória metodológica foi dividida em três etapas. A primeira diz respeito à revisão bibliográfica. A segunda etapa busca investigar e mensurar os dados, a fim de gerar informações sobre a sustentabilidade da empresa. Já na terceira, e após a elaboração do banco de dados, ocorre a preparação de planos resumidos de gestão que auxiliarão a empresa na busca do desenvolvimento sustentável.

A investigação e mensuração dos resultados foram realizadas através da verificação “*in loco*”, por visitas ao site oficial da empresa e relatórios de sustentabilidade, e ainda por entrevista a um funcionário da área operacional que atua na empresa há 13 anos. A pesquisa contou com a aplicação de uma Lista de verificação adaptada de Pfitscher (2004), conforme o apêndice A, e segundo os dados respondidos, foi possível realizar os cálculos de sustentabilidade global e parcial, de acordo com os critérios, de uma empresa do setor da saúde que atua na Grande Florianópolis.

Segundo Pfitscher (2004, p.121), as questões da lista de verificação podem ser respondidas pelas letras “A” (Adequada), “D” (Deficitária) e “NA” (Não se Adapta). A primeira opção mostra que a empresa tem atitudes adequadas quanto ao assunto, e busca sempre por melhorias, a segunda demonstra a necessidade de melhoria no referido aspecto, pois a situação atual é ineficaz, e a última, ocorre quando a questão não se aplica a atividade operacional da empresa. O cálculo, segundo a autora, é realizado pelo número de respostas “A” vezes 100, divididas pelo número total de questões subtraídas às respostas “NA”. A partir dos cálculos será possível encontrar o índice de sustentabilidade da empresa e classificá-la de acordo com o referencial assumido.

A terceira etapa, após a análise dos resultados, elaborou planos resumidos de gestão ambiental conforme o planejamento 5W2H. Sendo assim, buscou-se a implantação de uma proposta de gestão ambiental através do pressuposto de sete perguntas básicas: O quê? Quando? Por quê? Onde? Quem? Como? Quanto custa?

A proposta principal do artigo é verificar o nível de sustentabilidade encontrado em uma empresa que atua na área de saúde privada, além de realizar um estudo sobre o tratamento e destinação de lixo hospitalares. Nesse sentido, foi elaborada a lista de prioridades da empresa, de acordo com os critérios e subcritérios utilizados, sendo

apresentadas propostas de melhoria para gestão ambiental dentro dos aspectos da empresa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Breve Histórico

A trajetória da empresa teve início na década de 1970, quando havia procura por lugares independentes e com qualidade para o desempenho profissional da Medicina. Por este motivo e, através de uma reunião com 102 médicos no auditório da Associação Catarinense de Medicina (ACM), surgiu uma cooperativa de atenção à saúde que atenderia a Grande Florianópolis. A obtenção de recursos para a gestão dos primeiros anos foi realizada pela arrecadação de cotas de cada participante. Sendo o primeiro contrato assinado com a Ipalesc – Instituto de Previdência dos Funcionários da Assembléia Legislativa – e buscava atender 200 beneficiários, o que trouxe a empresa seu primeiro rendimento.

Através dos anos a cooperativa adquiriu experiência e conquistou a confiança de seus usuários e tornou-se autossuficiente. Em 1998 inaugurou o sistema de atendimento via ambulâncias, para atender a demanda de seus clientes e a legislação que entrara em vigor na época. Logo após, com a procura por parte de empresas, surgiram outros planos específicos para diversas áreas.

Devido ao crescimento da organização, em 2001, ocorreu à mudança para um novo prédio, que abrigaria a administração. Já em 2005, uma loja de vendas foi inaugurada, e em 2007 a cooperativa ingressou em outro patamar, ao fundar uma nova sede de operações e dois centros de atenção à saúde, que proporcionam ao usuário pronto atendimento 24 horas. São 40 anos de evolução contínua e participativa por parte de seus colaboradores e empregados, atuando em todos os municípios da Grande Florianópolis, e atualmente, possui mais de 180 mil clientes.

4.2 Contabilidade e Controladoria Ambiental

Após o reconhecimento dos interessados na realização da gestão ambiental, e realizar o levantamento de dados, o próximo passo, segundo Nunes et al (2009 *apud* NUNES, 2010), é investigar os fatores econômico-financeiros e as características operacionais da empresa para, com isso, gerar informações e alternativas de melhorias contínuas que possam contribuir com o meio ambiente. Assim, a relação entre contabilidade e controladoria ambiental para a implantação de uma gestão ambiental nas empresas, revela as práticas voltadas ao meio ambiente e os impactos gerados pela organização, a fim de proporcionar transparência e confiabilidade nos dados expostos.

4.3 Investigação e Mensuração

A fase de investigação e mensuração surge para avaliar o desempenho global da empresa. Assim conceitua Pfitscher (2004) em seu estudo, que esta fase demonstra o desempenho ambiental e contábil da organização, além de revelar a política ambiental aplicada e a sensibilização das partes interessadas, com o intuito de construir uma estrutura para a segunda fase da etapa do processo.

Com o apoio da lista de verificação, adaptou-se as questões de Pfitscher (2004) à atividade fim da organização e definiu-se o índice de sustentabilidade global de uma empresa prestadora de serviços no setor da saúde atuante na Grande Florianópolis. O índice foi gerado a partir das respostas: “A” como adequada, quando a empresa apresenta boas práticas quanto ao tema, “D” como deficitária, quando há necessidade de uma revisão das estratégias realizadas pela empresa, e “NA”, quando a questão não se aplica nas características da organização. O cálculo da sustentabilidade, abordado pela autora, segue a fórmula de número total de quadros “A” multiplicado por 100, dividido pelo número total de questões diminuído do número de questões respondidas com “NA”, como se observa no quadro a seguir.

Quadro 2 - Fórmula para o cálculo da Sustentabilidade

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ total de quadros "A"} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de questões} - (\text{N}^\circ \text{ de respostas "NA"})}$$

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004, p.121)

Desta forma, foram agrupados os critérios e classificados de acordo com o seu percentual resultante. O Quadro 3 mostra o referencial utilizado na classificação quanto ao nível de sustentabilidade.

Quadro 3 - Classificação das empresas de acordo com o seu nível de sustentabilidade

Índice	Classificação
Inferior a 50%	Deficitária
De 50 a 70%	Regular
De 70 a 90%	Adequada
Acima de 91%	Ótimo

Fonte: adaptado de Lerípio (2001, p.68 *apud* PFITSCHER, 2004, p.84).

A lista de verificação foi aplicada com o total de 58 questões e o cálculo da sustentabilidade é feito através de quatro (4) critérios: fornecedores (7 questões), ecoeficiência do processo de atendimento clínico (26 questões), tratamento com pacientes (11 questões) e indicadores gerenciais (14 questões). Sendo o segundo item subdividido em: tratamento dos resíduos e esterilização dos produtos. A Tabela 1 apresenta o cálculo de sustentabilidade dos critérios e subcritérios avaliados na pesquisa.

Tabela 1 - Sustentabilidade parcial por critérios e subcritérios

Critérios e subcritérios	Cálculo	Resultado (%)
1. Fornecedores:	$(4 \times 100) / (7 - 1) = 400 / 6$	66,67
2. Ecoeficiência do Processo de Atendimento Clínico:	$(19 \times 100) / (26 - 1) = 1.900 / 25$	76,00
A) Tratamento dos Resíduos:	$(10 \times 100) / (14 - 0) = 1.000 / 14$	71,43
B) Esterilização dos Produtos:	$(9 \times 100) / (12 - 1) = 900 / 11$	81,82
3. Tratamento com Pacientes:	$(8 \times 100) / (11 - 0) = 800 / 11$	72,73
4. Indicadores Gerenciais:	$(8 \times 100) / (14 - 1) = 800 / 13$	61,54

Fonte: Dados pesquisados (2011)

A Sustentabilidade Global da cooperativa resultou em 70,91%, o que a classifica como adequada quanto ao referencial escolhido. No entanto, ainda é um percentual baixo por ter menos de 1% de diferença para a classificação como regular, o que

demonstra a preocupação da empresa quanto à legislação ambiental, mas com melhores investimentos em alguns aspectos, como a esterilização dos produtos, que a tornaram uma empresa adequada quanto a sustentabilidade.

De ante dos índices revelados na Tabela 1, mostrou-se necessário elaborar uma tabela de prioridades da empresa, contendo, em ordem decrescente, os critérios onde empresa deve buscar melhorias e ações que ajudem na prevenção do meio ambiente.

Quadro 4 - Lista de prioridades da empresa por critérios e subcritérios

Prioridades	Critérios	Subcritérios	Sustentabilidade
Primeira	Indicadores Gerenciais		Regular
Segunda	Fornecedores		Regular
Terceira	Ecoeficiência do processo de atendimento clínico	Tratamento dos Resíduos	Adequada
Quarta	Tratamento com Pacientes		Adequada
Quinta	Ecoeficiência do processo de atendimento clínico	Esterilização dos Produtos	Adequada

Fonte: Dados pesquisados (2011)

No que diz respeito ao grau de sustentabilidade encontrado na empresa pode-se perceber, que dentre os critérios e subcritérios analisados acima, alguns se encontram mais deficitários e necessitam de atenção por parte dos gestores.

O critério dos Indicadores Gerenciais aparece em primeiro lugar na cadeia de prioridades da empresa quando o assunto é meio ambiente, com o percentual de 61,54%, e classifica-se como regular. Nota-se que não há interesse por parte dos colaboradores na área de contabilidade ambiental e, por conseguinte, na de gestão ambiental. Por essa razão e pelo dispêndio financeiro, a cooperativa não possui um Sistema de Gestão Ambiental, que atualmente, é importante para o reconhecimento da empresa como sustentável e para o destaque dela entre suas concorrentes. Com a análise desse indicador também se percebe a falta de valorização do capital intelectual dos funcionários da empresa, seja pelo pouco investimento na área de capacitação profissional ou pela contratação de funcionários sem especialização.

Sobre o critério fornecedores, não há uma preocupação perceptível para com os procedimentos realizados pelos fornecedores quanto aos cuidados com o meio ambiente, o percentual de 66,67% se classifica com regular. A cooperativa não busca informações sobre o tratamento de resíduos e armazenagem de produtos segundo as normas ambientais. Devido às características da cooperativa sua abrangência, os aspectos referentes à fabricação, armazenagem e transporte dos produtos, quando não obedecem as normas vigentes, podem trazer grandes impactos ambientais.

No critério de tratamento com os pacientes, apurou-se 72,73% de sustentabilidade. Dois pontos importantes sem destacam, a inadequação da estrutura física atual para o atendimento dos pacientes e a falta de acompanhamento psicológico a pacientes em situações graves, contribuem de forma negativa para este critério. A falta de adequação ocorre pelo fato da cooperativa ter alcançado cerca de 65% dos potenciais clientes, se considerada a área de abrangência de 19 municípios, logo existe a necessidade de aumento nas instalações e a construção de um hospital próprio. Quanto ao aspecto do acompanhamento psicológico, a empresa se demonstra deficitária, pois disponibiliza psicólogos apenas aos clientes com maior poder aquisitivo, isto é, que

possuam planos completos e que estejam internados em apartamentos em seus núcleos de atenção à saúde.

No que se refere à Ecoeficiência do processo de atendimento clínico, a esterilização de produtos, atingiu 81,82%, e o tratamento de resíduos, com 71,43%, definem-se como adequados quanto ao referencial utilizado. No tratamento dos resíduos denota-se a diferenciação do tratamento dos lixos em comum e hospitalar, o alto custo que desse tratamento, e o fato da empresa utilizar a incineração como forma de tratamento. Porém, não ocorre o acompanhamento dos gases oriundos da incineração e nem se verifica através de estudos ou pesquisas os impactos ambientais causados pelos seus resíduos na região em que se encontra. Quanto à esterilização dos produtos, há registro da utilização de processo químico e autoclavagem, nesta ordem, para a colocação do produto em uso.

4.4 Plano Resumido de Gestão Ambiental

A partir das informações retiradas da lista de verificação, foi possível construir planos de gestão ambiental para que a empresa reestruturasse aspectos deficitários. Os planos de gestão demonstrados nos Quadros 5.1 e 5.2 apresentam ações que trariam melhoras ao critério de indicadores gerenciais, o índice mais baixo encontrado no estudo.

Quadro 5.1 - Plano resumido de gestão ambiental

O quê?	Cursos de capacitação para funcionários e colaboradores na área de sustentabilidade	
Por quê?	A preocupação com o meio ambiente deve surgir da empresa e ser difundida internamente, para que os seus efeitos sejam sentidos externamente.	
Quando ?	Início	Em um mês, para a preparação dos palestrantes e divulgação.
	Duração	Uma vez por ano, para que seja um aprendizado contínuo.
Onde?	Espaço multimídia dentro ou fora da empresa	
Quem?	Pelos diretores do departamento de responsabilidade socioambiental da empresa	
Como?	Palestras, cursos de curtíssima duração	
Quanto custa?	Valor não orçado.	

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2004, p.99)

Quadro 5.2 - Plano resumido de gestão ambiental

O quê?	Inserção de um sistema de gestão ambiental	
Por quê?	A empresa possuiria maior controle dos seus impactos ambientais	
Quando ?	Início	Em um mês, para escolha do sistema e ensinamento dos funcionários.
	Duração	5 anos, e após fazer uma avaliação do sistema
Onde?	Na administração da empresa	
Quem?	Administradores.	
Como?	Aplicação por parte de um técnico.	
Quanto custa?	Valor não orçado.	

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2004, p.99)

O Quadro 5.3 traz alternativas que poderiam melhorar as práticas efetivas da empresa quanto aos seus fornecedores, que, nesta análise, revelou-se a segunda prioridade da empresa.

Quadro 5.3 - Plano resumido de gestão ambiental

O quê?	Acompanhamento das medidas tomadas pelos fornecedores, quanto à fabricação, armazenamento e transporte dos produtos.
--------	--

Por quê?	Para verificar se está de acordo com as normas sanitárias e, com isso, continuar a realizar contratos com o respectivo fornecedor.	
Quando ?	Início	Em um mês, para escolha de profissionais e verificação de fornecedores e locais onde estão dispostos.
	Duração	Três meses, para verificação de todos os fornecedores.
Onde?	Na fábrica dos fornecedores	
Quem?	Profissional especializado em normas ambientais	
Como?	Através de visitas do profissional	
Quanto custa?	Valor não orçado.	

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2004, p.99)

Enfim, o Quadro 5.4 revela medidas referentes ao subcritério tratamento dos resíduos, que está inserido no critério de Ecoeficiência do processo de atendimento clínico, e se mostra como a terceira prioridade da empresa.

Quadro 5.4 - Plano resumido de gestão ambiental

O quê?	Redução e tratamento dos gases oriundos da incineração dos resíduos	
Por quê?	Os gases emitidos pela incineração são os aspectos que mais prejudicam o meio ambiente.	
Quando?	Início	Em um ano.
	Duração	A partir do início do tratamento em diante.
Onde?	Nos equipamentos utilizados pelas empresas contratadas para a incineração.	
Quem?	Equipe de profissionais engenheiros	
Como?	Instalação de equipamentos que consigam reduzir e/ou tratar os gases para que não sejam emitidos na atmosfera.	
Quanto custa?	Valor não orçado.	

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2004, p.99)

A partir da realização desses planos e do atendimento algumas necessidades, como a construção de hospital próprio, que já está em andamento, é possível que se elevasse a sustentabilidade da empresa a uma categoria superior. Esta categoria traria maior destaque e divulgação, seja para com os clientes ou para com outras organizações.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Quanto ao objetivo geral de verificar o índice de sustentabilidade da empresa, o índice global encontrado foi de 70,91%, o que proporcionou a classificação da empresa como adequada. No entanto, o estudo limita-se aos relatórios e informações divulgadas no site oficial da empresa e, em entrevista realizada com funcionário que colabora com o atendimento domiciliar e de transporte de pacientes.

Sobre a responsabilidade social e ambiental, a empresa possui gastos na área de projetos de sustentabilidade além da divulgação destes e, ainda, oferece informações periódicas a seus colaboradores sobre o assunto. Não há registros de a empresa ter incorrido em acidentes ou incidentes contra o meio ambiente e nem foram cobradas multas ou indenizações ambientais da empresa.

Quanto à contabilidade ambiental, a empresa apresenta comprometimento com a gestão ambiental, embora a mesma não possua sistema próprio de gestão e que não proporcione cursos de especialização aos funcionários ligados à contabilidade.

Quanto ao tratamento e destinação dos resíduos provenientes do atendimento clínico, a empresa demonstrou o devido atendimento a legislação que trata do assunto, utiliza a esterilização dos produtos contaminados e a separação do lixo em comum e

hospitalar, e é responsável pelo transporte e a incineração dos resíduos em lugar apropriada através de empresa contratada.

Para futuros trabalhos sugere-se a realização de estudos em outras empresas do setor de saúde, com a mesma abrangência da empresa estudada, para verificar os níveis de sustentabilidade e, a partir disso, elaborar um comparativo entre elas. E ainda, a aplicação de uma lista de verificação mais abrangente, que aborde outros critérios relevantes ao tema. Sugere-se ainda o uso do SICOGEA geração dois.

REFÊRENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: Resíduos sólidos – Classificação. Brasília, 1987. 1-2 p.

AMORIM, A. da S. R. de. **Sustentabilidade**: entre a utopia, a prática e a estratégia empresarial. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Curso de Administração, UDESC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1855>. Acesso em: 25 jun. 2011.

ARAUJO, A. P. L. et al. Gestão de aspectos e impactos ambientais em um condomínio com envolvimento da contabilidade ambiental. In: CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 1., 2007, Florianópolis. **Anais...** . Florianópolis: UFSC, 2007. p. 27 - 33. Disponível em: <<http://www.nemac.ufsc.br/visualizar/araujo.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

AZEVEDO, J. H.. **Responsabilidade social empresarial e educação**: Estudo de caso do projeto pescar. 2008. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFSC, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0673-D.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

BRASIL. [Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010](#). Política Nacional de Resíduos Sólidos.

_____. Resolução da Diretoria Colegiada nº 306, de 07 de dezembro de 2004. Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

DIAS, R.. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006. 196 p.

GOULART, C. P.; GOULART, A. P. C. da R. P.; SCANDOLARA, A. C.. Controladoria: a instrumentalização dos controles gerenciais para tomada de decisão. In: CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 4., 2011, Florianópolis. **Anais...** . Florianópolis: UFSC, 2011. p. 1 - 14. CD-ROM.

KRAEMER, M. E.. **Contabilidade ambiental como sistema de informações**. Foz do Iguaçu, 2005. Disponível em: <<http://artigocientifico.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1070>>. Acesso em: 11 jun. 2011

KRAEMER, M. E.. **Contabilidade ambiental o passaporte para a competitividade.** Monografias, 2001. Disponível em: <<http://artigocientifico.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1068>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

KRAEMER, M. E.. **Gestão ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável.** Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://artigocientifico.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1075>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

LERÍPIO, Alexandre de Ávila. **GAIA - Um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais.** Florianópolis: UFSC, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina.

NAIME, R.; SARTOR, I.; GARCIA, A. C.. Uma abordagem sobre a gestão de resíduos de serviços de saúde. **Revista Espaço Para A Saúde**, Londrina, v. 5, n. 2, p.17-27, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude/v5n2/artigo2.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

NUNES, J. P. de O.. **Um aporte ao sistema contábil gerencial ambiental: elaboração e aplicação parcial do novo sistema em clínica hospitalar.** 2010. 241 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa de Pós-graduação em Contabilidade, UFSC, Florianópolis, 2010.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: Estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico.** Florianópolis: UFSC, 2004. 252 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RIBEIRO, M. B. da S.. **Análise da Gestão Ambiental: estudo em dois hospitais da grande Florianópolis.** 2010. 104 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, UFSC, Florianópolis, 2010.

SANTA CATARINA. Decreto nº 14.250, de 5 de junho de 1981. Regulamenta dispositivos da Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980.

SISINNO, C. L. S.; MOREIRA, J. C.. Ecoeficiência: um instrumento para a redução da geração de resíduos e desperdícios em estabelecimentos de saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, p.1893-1900, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n6/29.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2008. 303p.

APÊNDICE A – Lista de Verificação de uma Empresa Prestadora de Serviços no Setor da Saúde

CRITÉRIO 1 – FORNECEDORES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
1. A logística dos produtos hospitalares está de acordo com a legislação sanitária e as recomendações do Ministério da Saúde?	A			
2. Os fornecedores são monopolistas no mercado?			X	

3. Os produtos são comprados sempre do mesmo fornecedor?	A			
4. Há preocupação sócio-ambiental por parte dos fornecedores?	A			
5. Os fornecedores dão garantia de qualidade?	A			
6. Os fornecedores apresentam medidas para o tratamento dos resíduos provenientes da fabricação ou transporte dos produtos?		D		
7. O armazenamento dos produtos se submete as normas ambientais?		D		
CRITÉRIO 2 - ECOEFICIÊNCIA DO PROCESSO DE ATENDIMENTO CLÍNICO	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
A) TRATAMENTO DOS RESÍDUOS				
8. É feito algum tipo de tratamento dos produtos utilizados?	A			
9. É realizado o tratamento dos resíduos em geral?	A			
10. É realizado o tratamento diferenciado dos resíduos mais perigosos?	A			
11. O processo de tratamento, em média, possui alto custo?	A			
12. Existe separação dos lixos, em comum e hospitalar, para posterior recolhimento?	A			
13. Há diferenciação no recolhimento dos lixos (comum e hospitalar)?	A			
14. Os instrumentos hospitalares cortantes e inutilizáveis vão para o mesmo lixo?	A			
15. A incineração é utilizada para o tratamento dos resíduos?	A			
16. A incineração é realizada pela própria empresa?		D		
17. A empresa, ou outra que seja contratada, realiza o processo de acordo com as normas ambientais?		D		
18. Os gases oriundos da queima são tratados ou monitorados?		D		
19. É realizada a incineração a céu aberto?	A			
20. O lixo hospitalar é incinerado distante das residências?	A			
21. Existe algum estudo elaborado pela empresa na região sobre os impactos ambientais de seus resíduos?		D		
B) ESTERILIZAÇÃO DOS PRODUTOS				
22. É utilizado a autoclavagem como processo de esterilização dos instrumentos hospitalares?	A			
23. É a própria empresa que realiza a autoclavagem?		D		A empresa não possui autoclave
24. É realizado processo químico para a esterilização dos produtos hospitalares?	A			
25. É a própria empresa que realiza o processo químico?	A			
26. Os funcionários envolvidos no processo de esterilização possuem instrução necessária?	A			
27. Os funcionários possuem equipamentos de segurança para realizar a esterilização?	A			
28. Há sacolas diferenciadas para o lixo hospitalar e para o lixo comum (cores, símbolos)?	A			
29. Os instrumentos cortantes são colocados, após o uso, em caixas amarela (pérfuro-cortantes) - conforme é estabelecido pela OMS?	A			
30. O lixo é separado e encaminhado para um aterro sanitário para deposição final?	A			
31. Esse aterro possui cuidados específicos?			X	
32. Os líquidos resultantes do processo de lavagem, caso seja utilizado, recebem tratamento específico?		D		
33. O tratamento dos fluídos químicos resultantes do processo químico de esterilização está de acordo com a legislação sanitária?	A			
CRITÉRIO 3 - TRATAMENTO COM PACIENTES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
34. O paciente passa por algum tipo de triagem?	A			
35. A ordem de atendimento é realizada pelo grau de gravidade da situação do paciente?	A			
36. A estrutura física atual é adequada para o tratamento dos pacientes?		D		

37. Há necessidade de aumento da estrutura atual pelo grande número de clientes?	A			
38. Existe a possibilidade de aumento a curto prazo?	A			
39. Cirurgias de pequena complexidade são realizadas dentro dos estabelecimentos desta entidade?		D		Cirurgias que não necessitam de UTI
40. Existe separação por setores de pacientes com doenças contagiosas por via respiratória?	A			
41. Os pacientes em observação são constantemente re-avaliados?	A			
42. Há acompanhamento psicológico aos pacientes com problemas mais graves de saúde?		D		
43. É possível aos pacientes fazerem sugestões de melhoria ou reclamações à empresa?	A			
44. Existe tratamento diferenciado aos idosos, gestantes e deficientes físicos?	A			
CRITÉRIO 4 - INDICADORES GERENCIAIS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
45. A empresa está submetida a alguma fiscalização por parte de órgãos ambientais?	A			
46. Há fiscalização por parte da vigilância sanitária no pronto atendimento desta empresa?	A			
47. A administração da empresa tem comprometimento com a gestão ambiental?	A			
48. A empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental?		D		
49. Existe a possibilidade de inserção de algum Sistema de Gestão Ambiental?		D		
				A empresa disponibiliza um jornal bimestral e, atualmente, está dando ênfase a responsabilidade socioambiental
50. Os colaboradores se mostram interessados em gestão ambiental?		D		
51. Há propostas de projetos na área de Contabilidade Ambiental?	A			
52. Os funcionários possuem especialização na área em que atuam?	A			
53. Existe valorização do capital intelectual dos funcionários?		D		
54. Os funcionários possuem algum tipo de especialização em contabilidade ambiental?			X	
55. Há investimentos destinados a projetos na área de sustentabilidade ambiental?		D		
56. Já ocorreram acidentes ou incidentes ambientais que envolvessem a empresa?	A			
57. Já foram cobradas multas ou indenizações ambientais da empresa?	A			
58. A empresa possui gastos com divulgação na área de sustentabilidade?	A			

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004)